



COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2019
(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para discutir o estudo “Reforma Administrativa do Governo Federal: contornos, mitos e alternativas”.

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, arts. 255 e 256, a realização de Audiência Pública para discutir o estudo “Reforma Administrativa do Governo Federal: contornos, mitos e alternativas”. Solicitamos sejam convidados:

I- **Rudinei Marques**, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – FONACATE e do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical);

II- **Eduardo Moreira**, economista e engenheiro;

III- **Bráulio Santiago Cerqueira**, auditor Federal de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional, mestre em economia e organizador do estudo; e

IV- **José Celso Cardoso Jr.**, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA e organizador do estudo.

JUSTIFICAÇÃO

Adiantando-se ao Poder Executivo, que está em processo de elaboração da chamada Reforma Administrativa do Estado, diversas entidades de servidores públicos lançaram a publicação “*Reforma Administrativa do Governo Federal: contornos, mitos e alternativas*”, durante reunião de trabalho da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, na Câmara dos Deputados, no dia 15 de outubro do corrente.

Apesar de ainda estarem oficializadas, as bases dessa reforma administrativa pretendida pelo governo estão fundamentadas na redução de despesas com o funcionalismo civil; flexibilização da estabilidade; no enxugamento radical do número de carreiras; e na eliminação de toda forma de organização e a atuação sindical.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT/DF

Organizado pelos economistas José Celso Cardoso e Bráulio Santiago Cerqueira, o estudo dissecar vários dos mitos liberais que atualmente são propalados acerca do Estado brasileiro. “No discurso oficial, a melhoria do ambiente de negócios e o ajuste fiscal resgatariam a confiança e o investimento privado, nacional e estrangeiro, recolocando a economia brasileira na trilha da eficiência, produtividade e crescimento”, aponta trecho do documento.

Ainda nesse campo, a publicação traz à luz outros mitos comumente disseminados na atualidade pela equipe econômica, como o de que o Estado é muito grande e a máquina pública está inchada; que o Estado é intrinsecamente ineficiente; que a estabilidade do funcionalismo é um privilégio e é absoluta; que as reformas da previdência, administrativa e microeconômicas vão recuperar a confiança dos investidores privados, o crescimento e o emprego; dentre outras tantas narrativas distorcidas que, forçosamente, membros da área econômica do governo federal tentam impor ao imaginário popular.

O estudo é resultado de consistente trabalho elaborado a muitas mãos no âmbito da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público e apoiado por entidades como Advogadas e Advogados Públicos para a Democracia; Associação Brasileira de Juristas pela Democracia; Associação de Advogados e Advogadas pela Democracia, Justiça e Cidadania; Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas; Observatório da Democracia; Arca Desenvolvimento; Plataforma pela Reforma do Sistema Político; Associação Brasileira de Economistas pela Democracia; e Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado.

Dada a indubitável relevância da publicação em epígrafe para restabelecer a verdade e assim desnudar as informações propagadas pelo governo sobre o setor público e a economia nacional, apresentamos o presente Requerimento para discutirmos nesta Comissão a mencionada publicação.

Sala da Comissão, em ____ de _____ de 2019.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**